



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo

ADM. 2017/2020

JULGAMENTO DE RECURSO

Objeto – Habilitação ao certame

Recorrente – BT Construções LTDA

I - RELATÓRIO

BT CONSTRUÇÕES LTDA, já devidamente qualificada, interpôs o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO** com a finalidade de reformar a decisão da Comissão de Licitação que declarou a habilitação da empresa **TRANSVIAS CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA**.

Sustenta a recorrente que a habilitação viola as exigências editalícias contidas no Item 8-DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES, Subitens 8.5 e 8.6 do Instrumento Convocatório.

Por fim, requereu que o recurso seja recebido no duplo efeito pela autoridade prolatora da decisão, sem prejuízo do exercício de juízo de retratação ou, em hipótese diversa, o encaminhamento do recurso devidamente informado à autoridade superior para reformar a decisão que decidiu pela habilitação da empresa **TRANSVIAS CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA**.

É o relatório.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

Trata-se de recurso administrativo com pedido de reconsideração da decisão que declarou habilitada a recorrente no Praça Getúlio Vargas, 272, Centro, 38500-000, Monte Carmelo – MG.
Telefone: (34) 3842-5880.

Fls. 1

Iscleris Wagner G. Machado
Presidente da CPL

D:\Servidor\Desktop\Parecer - Recurso BT
Construtora - Cópia.doc



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo

ADM. 2017/2020

processo licitatório nº 19/2018, modalidade tomada de preços nº 02/2018.

Conforme é possível extrair da Ata de Abertura dos envelopes de habilitação, no dia 22/04/2018, a Recorrente foi habilitada por apresentar todos os requisitos exigidos pelo edital.

Não obstante, insurgiu-se contra a habilitação da empresa TRANSVIAS CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA sustentando que houve violação às exigências editalícias contidas no Item 8-DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES, Subitens 8.5 e 8.6 do Instrumento Convocatório, em face da não apresentação dos *Cronogramas de Utilização de Equipe Técnica e de Equipamentos*.

Todavia, conforme será devidamente demonstrado a seguir, não merece prosperar a insurgência da Recorrente.

Consta no item 8 do edital as exigências mínimas para fins de capacitação técnico-profissional (8.1) e capacitação técnico-operacional (8.2). Com efeito, no que se refere à capacitação técnico-operacional o edital exige em seu item 8.5 e 8.6, respectivamente, cronograma de utilização da equipe técnica e cronograma de utilização de equipamentos e instalações.

Todavia, referido cronograma constitui exigência para fins de execução da obra e não para fins de habilitação, pois as exigências de habilitação estão contidas na Seção VII - DA HABILITAÇÃO, que em seu item 26.8 expressamente prevê as exigências para fins de capacitação técnico-operacional, senão vejamos:

26.9 - A capacitação técnica operacional da licitante será comprovada mediante a



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo

ADM. 2017/2020

apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(a) jurídica(s) de direito público ou privada identificada, devidamente registrado(s) na(s) entidade(s) profissional(is) competente(s), em nome da licitante, em papel timbrado, constando o endereço do contratante, ou ser informado pelo licitante de forma a permitir possível diligência, que comprove(m) a aptidão da licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste Edital. A licitante deverá comprovar a execução dos serviços e quantitativos mínimos abaixo descritos, os quais se referem às parcelas de maior relevância e valos significativo da obra:

a) – **Execução de Obra de Pavimentação Asfáltica Com Execução de Tratamento Superficial Duplo Diluído (TSD), de acordo com os quantitativos descritos no anexo I/Termo de Referência.**

Portanto, as disposições contidas no Anexo I do Termo de Referência do Edital aplicam-se ao TSD (Tratamento Superficial Duplo Diluído) tão somente para fins de execução da obra, conforme expressamente previsto em trecho do instrumento convocatório acima transcrito.

Logo, a exigência de cronogramas de utilização da equipe técnica e de utilização de equipamentos e instalações não constitui requisito para fins de habilitação.

Ademais, os requisitos de habilitação devem vincular-se ao objeto contratual, de tal maneira que não se justifica estabelecer condições que se revelem como manifestos excessos que não se sustentam como exigências válidas para fins de aceitação das propostas.

Conforme esclarece Marçal Justen Filho:



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo

ADM. 2017/2020

A Lei nº 8.666 disciplinou de modo minucioso a matéria da qualificação técnica. Um dos caracteres mais marcantes da Lei nº 8.666 foi a redução da margem de liberdade da Administração Pública nesse campo e a limitação do âmbito das exigências. Buscou evitar que exigências formais e desnecessárias acerca da qualificação técnica constituam-se em instrumento de indevida restrição à liberdade de participação em licitação. O objetivo é eliminar distorções ocorridas no sistema anterior, em que requisitos de qualificação técnica acabavam por inviabilizar o acesso de muitas empresas à licitação. A legislação vigente não proíbe as exigências de qualificação técnica, mas reprime exigências desnecessárias ou meramente formais.¹

Nesse sentido, apenas os requisitos estritamente necessários para fins de habilitação foram estabelecidos no edital, os quais foram devidamente observados pelas empresas habilitadas. Logo, não se justifica interpretar extensivamente a previsão editalícia que trata da habilitação, pois referidas exigências apenas se sustentam diante de determinação explícita, o que inocorreu no presente caso quanto aos itens questionados, pois o **edital não previu como exigência de habilitação os itens que foram suscitados pela Recorrente.**

E caso referida previsão houvesse sido inserta no edital constituir-se-ia em exigência meramente formal, desnecessária e manifestamente excessiva, pois implicaria em restrição infundada que limitaria a competitividade, criando obstáculos para selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Portanto, a habilitação da empresa TRANSVIAS CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA não implica em violação

¹ Comentários à lei de licitações e contratos. 11. ed. São Paulo: Dialética, 2005, p. 322
Praça Getúlio Vargas, 272, Centro, 38500-000, Monte Carmelo – MG.
Telefone: (34) 3842-5880.



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo

ADM. 2017/2020

ao edital e encontra-se em perfeita consonância com o instrumento convocatório e com a legislação que lhe é aplicável.

III – DA DECISÃO

Diante do exposto, conheço do recurso PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO e manter a decisão exarada pela Comissão de Licitação, que declarou habilitada a licitante TRANSVIAS CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA em face da estrita observância ao disposto no instrumento convocatório e nos termos do art. 109, § 4º da Lei 8.666/93, faço subir o presente recurso, juntamente com esta decisão, para fins de apreciação e julgamento da autoridade superior.

Monte Carmelo-MG, 04 de abril de 2018.

ISCLERIS WAGNER

Iscleris Wagner G. Machado
Iscleris Wagner G. Machado
Presidente da CPL